

# INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

## INCLUSION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION



### IRENE DE MATOS APARECIDO

Formação em Magistério pela Escola Luís Eduardo Magalhães BA (1992); graduada em pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos (2014); Geografia pela Universidade Metropolitana de Santos (2018); Professor de Educação Infantil –CEI Raio de Sol; CEI Recanto Feliz; CEI Durval Miola; CEI Jd Capela.

### RESUMO

Falar da educação inclusiva, é crucial resgatar o histórico de lutas, conquistas e estudos que consolidaram essa estratégia pedagógica como um modelo de avanço educacional. Ao longo da década de 90, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência se mobilizaram em torno desse tema, resultando na publicação de importantes documentos. Desde a Declaração de Salamanca (1994) até a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e incorporada à Constituição federal, na forma da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em 2015, um amplo cobertor legal se formou para amparar o combate à segregação e ao capacitismo. Ao elaborar este artigo consideramos como objetivo principal a importância do fazer pedagógico no desenvolvimento do aprendizado de alunos na educação infantil. Nesse processo educacional, o professor e sua percepção de educação inclusiva são fatores primordiais à prática educativa atual, pois diferem em relação à presença de alunos com deficiência em seus ambientes. Dentro deste contexto, procuramos analisar que tipos de problemas surgem quando se trata de alunos com necessidades especiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação especial; Educação inclusiva; Educação infantil; Necessidade educacional.

## ABSTRACT

When talking about inclusive education, it is crucial to look back at the history of struggles, achievements and studies that have consolidated this pedagogical strategy as a model for educational progress. Throughout the 1990s, the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and social movements in defence of the rights of people with disabilities mobilized around this issue, resulting in the publication of important documents. From the Salamanca Declaration (1994) to the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, adopted by the United Nations (UN) in 2006 and incorporated into the federal constitution in the form of the Brazilian Inclusion Law (LBI) in 2015, a broad legal blanket has been formed to support the fight against segregation and ableism. In preparing this article, our main objective was to consider the importance of pedagogical practice in developing the learning of students in early childhood education. In this educational process, the teacher and their perception of inclusive education are key factors in current educational practice, as they differ in relation to the presence of students with disabilities in their environments. Within this context, we sought to analyze what types of problems arise when it comes to students with special needs.

**KEYWORDS:** Special education; Inclusive education; Early childhood education; Educational needs.

## INTRODUÇÃO

O grande desafio do professor de educação infantil, preocupado com os temas atuais é educar na perspectiva de uma nova sociedade. Desde o ano de 1994, com o advento da Declaração de Salamanca, temos visto diversos debates a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar.

A inclusão tem sido motivo de discussões no âmbito educacional tanto na forma de legislação quanto na teoria e prática. Todavia são ainda poucos os estudos que identificam as concepções inclusivista dos professores que trabalham com este público.

A inclusão da creche nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, como a primeira etapa da Educação Básica juntamente com a Pré-Escola, trouxe um novo significado a essa instituição, que deixou de ser vista como uma segunda casa, aspecto assistencialista, para ocupar um espaço dentro da educação e cuidado com as crianças. A Educação Infantil, ao longo dos anos, tem sido desconsiderada diante da implantação de políticas públicas voltadas para a infância.

As crianças, filhos de trabalhadores das classes mais baixas, disputam um verdadeiro combate para obter acesso a esta etapa da escolarização, o que resulta, em sua maioria, na primeira exclusão vivenciada pelas crianças e suas famílias.

É importante salientar que a inclusão no sistema educacional se inicie na Educação Infantil. Este é um local no qual as questões suscitadas a respeito da diversidade e o encontro com o diferente acontecem em situações corriqueiras, diferente do que ocorre em outros níveis educacionais. A

primeira infância é um lócus excepcional, este é o começo da escolarização, a partir do qual devemos discorrer e praticar uma verdadeira educação emancipatória. Educação Inclusiva é um movimento mundial baseado nos princípios dos direitos humanos e da cidadania, onde o objetivo principal é eliminar a discriminação e a exclusão, garantindo o direito a igualdade de oportunidades e a diferença, modificando os sistemas educacionais, de maneira a propiciar a participação de todos os alunos, especialmente aqueles que são vulneráveis à marginalização e a exclusão. Mantoan (2006) considera que a educação é a mais pura expressão de amor verdadeiro pelo próximo, pois educar é um movimento desempenhado a favor do crescimento, desenvolvimento e evolução do outro.

A criação de diversas leis, como a presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), art. 54, III, que afirma: “É dever do estado assegurar a criança e ao adolescente [...] atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. E, ainda, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, cap. V, “Da educação especial”, parágrafo 3º, que determina: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (BRASIL, 1996), contribuiu de forma significativa para melhorias no que concerne a políticas de inclusão de pessoas com deficiência.

É considerada escola inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo, portanto, aquelas que apresentam necessidades especiais. Inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que proclamou, dentre outros princípios, o direito de todos à educação, independente das diferenças individuais – esta declaração teve como referência a Conferência mundial sobre educação para todos – a educação inclusiva propõe que todas as pessoas com deficiência sejam matriculadas na escola regular.

A inserção das pessoas com deficiência na educação básica compreende um processo de “dessegregação”, pois se trata da construção de uma sociedade inclusiva, compromissada com esse público. Portanto, não pode ser entendida como um processo paralelo ao contexto da educação comum.

O grande desafio, nesse sentido, é garantir o acesso, permanência e aprendizagem dos alunos que apresentam especificidades sensoriais, cognitivas, físicas e psíquicas no sistema regular de ensino.

O tema dificuldade de aprendizagem vem sendo amplamente discutido pelos governantes e por especialistas da área da educação, visando encontrar as principais causas e a melhor forma de lidar com ela e assim auxiliar o aluno nessa etapa, para isso cada caso deve ser avaliado particularmente, incluindo no diagnóstico o entorno familiar e escolar. Tanto pais como professores devem estar atentos quanto ao processo de aprendizagem, tentando descobrir novas estratégias, novos recursos que levem o educando ao aprendizado.

Nesse estudo abordaremos o papel da escola, que “dentre outros apresentam quatro fatores que podem afetar a aprendizagem: o professor, a relação entre os alunos, os métodos de ensino e o ambiente escolar” (Paín, 1985). A aplicabilidade da aprendizagem passa a se dar dentro e fora dos muros da escola, mas isso só acontece quando a aprendizagem acontece de fato e é acessível

e disponível para todos em qualquer grupo social ao qual esse aluno faz parte.

É a aprendizagem, o objetivo de toda e qualquer escola, seja em qualquer modalidade em qualquer nível, e alunos de qualquer faixa etária. Muitos estudos tem sido realizados com o intuito de entender como a aprendizagem ocorre. Objetivando respostas que auxiliem profissionais a compreenderem o por que uns alunos aprendem com tanta facilidade enquanto outros tem dificuldades no mesmo processo.

Entender e agir de forma positiva sobre estas dificuldades é conduzir o aluno a ultrapassar os seus limites, que muitas vezes é imposto por déficit cognitivo, físico ou até mesmo afetivo.

## **O PARADIGMA DA INCLUSÃO**

Ao longo da história, verifica-se que a educação especial esteve marcada, inicialmente, pela segregação e exclusão. As pessoas com deficiências eram, muitas vezes, ignoradas, abandonadas, encarceradas e até mesmo eliminadas. Num segundo momento, reconheceu-se que essas pessoas possuíam certas capacidades, ainda que limitadas, entre elas a de aprender. No entanto, predominou por longos períodos da história um olhar de tutela em relação a esses sujeitos, e a prática para com as pessoas com deficiência passou da rejeição à “proteção”, utilizando-se para tanto de asilos e abrigos dos quais essas pessoas raramente saíam, além de receberem tratamento e práticas inadequadas. (FRANÇA, 2014).

Em um terceiro momento, pelo reconhecimento do valor humano e dos direitos desses indivíduos (UNICEF, 1990), adotou-se como objetivo o oferecimento de educação para todos, e com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) proclamou-se, entre outros princípios, a necessidade de inclusão da educação especial dentro dessa perspectiva. É diante desse novo paradigma educativo, em que a escola deve-se redefinir como uma instituição social que tem por dever atender a todas as crianças, sem exceção, que surgem os aspectos que se julgam principais na construção de uma proposta inclusiva e que serão aqui analisados.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A escola é um espaço democrático, que deve estar aberto e preparado para receber todos os alunos. A Educação Infantil, fase inicial da formação acadêmica, representa o primeiro contato das crianças com esse universo repleto de aprendizados e novas descobertas, e a inclusão neste período é fundamental, pois além de todos os desafios que o pequeno terá ao iniciar a socialização, é preciso levar em conta que esse é um dos primeiros momentos em que o estudante estará longe dos olhares de sua família.

Trabalhar a inclusão na Educação Infantil é muito importante para que a criança se adapte ao ambiente escolar e possa dar sequência aos seus estudos no Ensino Fundamental sem maiores dificuldades. Para isso, gestores, educadores e toda a equipe pedagógica precisam estar engajados

e preparados para oferecer todo o suporte e atenção que as crianças precisam.

Dessa forma foram sujeitos a pesquisa os professores de educação infantil, a coleta de informações se deu através de entrevistas semi- estruturadas por meio de relatos de suas experiências.

Os relatos foram analisados e os dados mostram que os professores vêem como principal contribuição no processo de inclusão, a socialização das crianças. Algumas deficiências encontram maiores dificuldades nesse processo como a deficiência mental, ao contrário da física. Analisamos ainda problemas com o espaço físicos e formação específicas para os professores. Sendo assim, pode-se concluir que é preciso possibilitar ao professor conhecimento e adequações no espaço físico para que se possa explorar melhor dentro dos ambientes os avanços entre as crianças.

Conforme Mantoan (2006), para a inclusão escolar acontecer, é o professor quem deve retomar o poder que está centrado na escola, afinal é ele que faz a educação acontecer. Segundo Correia (2008, p.16), para os alunos com dificuldade de aprendizagem.

[...]há que considerar um conjunto de fatores que podem facilitar a sua aprendizagem, como são, por exemplo, a reestruturação do ambiente educativo; a simplificação das instruções no que diz respeito às tarefas escolares; o ajustamento nos horários; a alteração de texto e do trabalho de casa; o uso de tecnologias de informação e comunicação; as propostas de avaliação.(CORREIA, p.16)

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Piaget (1971) , a escola desempenha um importante papel no desenvolvimento da criança, visto que as trocas proporcionadas pelo ambiente escolar permitem o desenvolvimento dela. Para Piaget ( 1969) , o jogo simbólico é simultaneamente um modo de assimilação do real e um meio de autoexpressão, pois à medida que a criança brinca de casinha, representando papéis de mamãe, papai e filho, ou brinca de escola, reproduzindo os papéis de professor e aluno, &#39;&#39;ela está, ao mesmo tempo, criando situações e também imitando situações reais por ela vivenciadas&#39;&#39; ( p.29).

A função deste tipo de atividade lúdica, segundo Piaget ( 1969,p.29), consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real em função dos desejos: &#39;&#39; a criança que brinca de boneca refaz sua própria vida, corrigindo-a à sua maneira, e revive todos os prazeres e conflitos, resolvendo- os, ou seja, completando a realidade através da ficção.

As atividades lúdicas fazem com que o educando se desenvolva e aprenda de maneira mais prazerosa, e são importantes instrumentos que as escolas e os educadores devem adotar em sua prática pedagógica, pois o educando não se sente pressionado e vai sendo concretizado o aprendizado na medida em que vão se divertindo. As atividades lúdicas se fazem presentes na maioria das escolas, provando com isso que os educadores reconhecem as brincadeiras como um facilitador no processo ensino aprendizagem, seu importante papel na construção da individualidade e das relações interpessoais. Dessa forma fica nítido a relação do lúdico como um facilitador da aprendizagem, inclusive quando trabalhado com educandos que apresentam dificuldades. Cabe ao professor adotar esse método como um recurso pedagógico de ensinar e aprender prazerosamente.

## CONCEITO DE APRENDIZAGEM

Vygotsky foi um dos pioneiros na teoria da inclusão dessas ferramentas no processo de aprendizagem na educação inicial. Segundo Vygotsky (1998), o comportamento da criança ao brincar é diferente, ela se comporta como se tivesse idade além do normal.

O brinquedo pode proporcionar uma realidade irreal ou fantasia que é reproduzida através da vida do adulto, a qual ela ainda não pode participar ativamente. Deste modo, quanto mais rica for a experiência, maior será o material disponível para imaginação.

Segundo Vygotsky (1994), a aprendizagem precede o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, precisa compreender que a criança sempre está aprendendo e antes de desenvolver suas habilidades e capacidades, ela passa pelo processo de construção do conhecimento, na qual ela irá processualmente desenvolver o que foi aprendido.

Friedmann (1996) relata sobre o pensamento de Vygotsky: [...] o correto conhecimento da realidade não é possível se certo elemento de imaginação, sem o distanciamento da realidade, das impressões individuais imediatas, concretas, que representam esta realidade nas ações elementares da nossa consciência (VYGOTSKY, 1996, p. 127).

É importante ressaltar que o conhecimento da realidade da infantil não é de imediato advindo da experiência, é um estágio complexo e gradativo, pois as imagens edificadas pela imaginação que se articulam uma a outra, por sua vez, uma depende da outra para possibilitar a criança a compreender sua própria realidade e assim, firmar uma idéia construída e transcrever ao seu dia a dia.

Vygotsky (1997) afirma que para a criança com menos de 3 anos, o brinquedo é coisa muito séria, pois ela não separa a situação imaginária da real. Já na idade escolar, o brincar torna-se uma forma de atividade mais limitada que preenche um papel específico em seu desenvolvimento, tendo um significado diferente do que tem para uma criança em idade pré – escolar (VYGOTSKY, 1997. p. 62).

De acordo com o autor a criança com menos de três anos ela não tem a capacidade de separar a realidade da imaginação, onde toda brincadeira se torna séria. Mas na idade escolar o desenvolvimento se torna significativo, pois ela cria uma relação entre o significado e a percepção visual, ou seja, entre o pensamento e a situação real. Segundo Vygotsky (1997) “as necessidades das crianças e os incentivos não devem ser ignorados porque eles são eficazes para colocá-los em ação fazendo-nos entender seus avanços de estágios de um desenvolvimento a outro”.

Por fim, Vygotsky (1997) diz que “ao brincar, a criança assume papéis e aceita as regras próprias da brincadeira, executando, imaginariamente, tarefas para as quais ainda não está apta ou não sente como agradáveis na realidade”. A aprendizagem pode ser definida como uma modificação do comportamento do indivíduo em função da experiência. E pode ser caracterizada pelo estilo sistemático e intencional e pela organização das atividades que a desencadeiam, atividades que se implantam em um quadro de finalidades e exigências determinadas pela instituição” Alves(2007)

O processo de aprendizagem traduz a maneira como os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento. Trata-se de um processo complexo que,

dificilmente, pode ser explicado apenas através de recortes ao todo (Alves 2007, p.18).

O contexto metodológico engloba o que é ensinado na escola e sua relação com valores como pertinência e significados, o fator decisivo nesse contexto é a unificação dos objetivos, conteúdos e os métodos, onde o professor precisa despertar no aluno o interesse em aprender e superar as dificuldades encontradas. Barca Lozano e Porto Rioboo(1998) apresentam um conceito de aprendizagem que associa 3 aspectos. O primeiro avalia a aprendizagem como um processo ativo, sendo que, os alunos precisam realizar uma certa quantidade de atividades facilitando a assimilação dos conteúdos. O segundo define a aprendizagem como um processo construtivo, sendo que as atividades que os alunos desempenham têm como objetivo a construção do conhecimento. O terceiro menciona a aprendizagem como um processo onde o aluno deverá aprimorar e organizar as estruturas cognitivas. Segundo Piaget a aprendizagem é um processo de desenvolvimento intelectual, que se dá por meio de estrutura de pensamento e esta estritamente relacionada a ação do sujeito sobre o meio, partindo do princípio de interação de Vygotsky e acontece em etapas: assimilação, acomodação e equilíbrio.

A acomodação se refere ao mecanismo complementar em que os esquemas e estruturas do sujeito devem se ajustar às propriedades e às particularidades do objeto. A equilíbrio é o processo geral em que o individuo deve compensar ativamente as perturbações que o meio oferece, ou seja obstáculos, dificuldade encontrada, resistência do objeto a ser assimilado.

Sobre o desenvolvimento intelectual da criança, Piaget afirma que este provem de uma "equilíbrio progressiva, uma passagem contínua de um estado com menos equilíbrio para um estado de equilíbrio superior" cada estágio de desenvolvimento constitui, por tanto, uma forma particular de equilíbrio e a sequência da evolução mental caracteriza uma equilíbrio sempre completa.

De acordo com Fonseca (1984, p. 228), “a dificuldade de aprendizagem é uma desarmonia do desenvolvimento normalmente caracterizada por uma imaturidade psicomotora que inclui perturbações nos processos receptivos, integrativos e expressivos da atividade simbólica.” Assim, a não aprendizagem dos alunos não pode ser simplesmente associada a ausência de interesse pelos estudos, mas deve ser compreendida como um problema cujas causas podem ser diversas e que influi, consideravelmente, na capacidade de aprender do aluno.

Considerando que as causas para a dificuldade de aprender podem ser diversas analisaremos o fator ambiental que segundo Paín (p.33, 1985) é especialmente determinante no diagnóstico do problema de aprendizagem, na medida em que nos permite compreender sua coincidência com a ideologia e os valores vigentes no grupo. Se os problemas de aprendizagem estão presentes no ambiente escolar e ausente nos outros lugares, como no ambiente familiar, o problema deve estar no local de aprendizado, às vezes, a própria escola, com todas as suas fontes de tensão e ansiedade, pode estar agravando ou causando dificuldades na aprendizagem.

No ambiente escolar, certas características do professor, como paciência, dedicação e vontade de ajudar podem facilitar a aprendizagem, ao contrário, o autoritarismo e o desinteresse, podem levar o aluno a desinteressar-se e não aprender, muitas vezes ele já vem de um histórico familiar

conturbado, acompanhado de autoritarismo excessivo, separação, situações que não oferecem à criança um mínimo de carinho, compreensão, amor, recursos materiais e quando este chega a escola depara-se com um espaço semelhante que não o acolhe, incentiva ou auxilia. Como cita Strick e Smith (2001, p. 34):

A rigidez na sala de aula para crianças com dificuldade de aprendizagem é fatal. Para progredirem, tais estudantes devem ser encorajados a trabalhar o seu próprio modo. Se forem colocados com um professor inflexível sobre tarefas e testes, ou que usa materiais e métodos inapropriados às suas necessidades, eles serão reprovados. Se forem regularmente envergonhados ou penalizados por seus fracassos, os estudantes provavelmente não permanecerão motivados por muito tempo. (STRICK e SMITH 2001,p. 34)

Dessa forma, é necessário que o professor atente para as diferentes formas de ensinar, para que possa atender às dificuldades diversas dos seus alunos de modo a estabelecer um laço de confiança recíproca, sendo que um ambiente de confiança pode facilitar o aprendizado, quando um professor mal preparado depara-se com um aluno com dificuldade de aprendizagem, seja ela de qualquer natureza, e ele não é criativo e flexível em suas aulas, a tendência é deixar esse aluno de lado, não se esforçando ou criando estratégias para auxiliá-lo a superá-las.

O docente precisa ter em mente que nenhum aluno apresenta baixo rendimento por vontade própria, a grande maioria sofre com essa situação por não conseguir acompanhar a turma e algumas vezes é discriminado, visto como incapaz e desinteressado tanto pelos professores quanto pela família e amigos, por essa razão alguns desenvolvem a agressividade como forma de se defender, então cabe ao professor identificar essa dificuldade e procurar auxiliar o aluno da melhor forma possível como cita Smith e Strick (2001, apud Waldow; Borges; Sagrilo, 2006, p.468) “os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem necessitam de uma atenção especial, de um trabalho diferenciado e o professor deve se preocupar com a metodologia de ensino”.

Tendo em vista a abordagem de Vygotsky, é por intermédio da interação entre professor e aluno que ocorre a aprendizagem (Rego, 1995), mesmo havendo diversas situações que podem interferir no processo de aquisição do conhecimento por parte dos educandos, uma prática docente interativa e dialógica pode facilitar o aprendizado (Rego, 1995) A dificuldade de aprendizagem no Brasil Os problemas relacionados à dificuldade de aprendizagem escolar dos alunos, é uma situação preocupante para os professores que atuam no ensino fundamental I. Para Antunes (1997) essas dificuldades podem ser percebidas nas crianças que não tem um bom rendimento escolar em uma ou mais áreas, mostrando problema na: expressão oral, compreensão oral, expressão escrita com ortografia apropriada, desenvoltura básica de leitura, compreensão da leitura, calculo matemático.

Dificuldade de aprendizagem é um problema que está relacionado a uma serie de fatores e podem se manifestar de diversas formas, como: transtornos, dificuldade significativa na compreensão e uso da escuta, na forma de falar, ler, escrever, raciocinar e desenvolver habilidades matemáticas. Esses transtornos são inerentes ao individuo podendo ser resultantes da disfunção do sistema nervoso central, e podem acontecer ao longo do período vital. Podem estar também associados a essas a conduta do individuo, percepção social e interação social, mas não estabelecem por si próprias um problema de aprendizagem. (GARCIA 1998 p.31-32).



Para que seja identificada uma dificuldade de aprendizagem é preciso uma avaliação, e a partir dos resultados obtidos, deve ser planejada a aplicação de um programa de intervenção pedagógica, problemas de aprendizagem precisam ser identificados e trabalhados, o profissional deve conhecer o conjunto das variáveis e a origem do problema para que possa trabalhar de forma específica e tentar resolver. Entendendo a dificuldade de aprendizagem é mais comum do que se imagina alguns alunos apresentarem dificuldades na aprendizagem no início da fase escolar e estas se arrastarem pelas séries seguintes. Esses alunos quando não atingem os resultados esperados pelas escolas são apontados por alguns educadores como portadores de “algum tipo de transtorno ou dificuldade” Para Mol e Wechsler (2008, p.392) “essas crianças, na maioria das vezes, são tratadas pelos professores na escola de forma preconceituosa e são discriminadas, sem que se investiguem suas reais habilidades e potencialidades”.

Segundo Ide (2002), na maioria das vezes, esses problemas decorrem de variáveis pessoais, tais como: hereditariedade ou lesões cerebrais, ambientes familiares e educacionais pobres ou ambos. De um lado, encontram-se as teorias que dão ênfase ao organismo como fonte dos atos e, do outro, as correntes de fundo ambiental, ligadas mais ou menos a uma visão mecanicista do desenvolvimento e que consideram a pessoa fundamentalmente controlada pelos estímulos do meio externo. Nesse contexto, Scoz (1994, p.22) coloca que:

Os problemas de aprendizagem não são restringíveis nem a causas físicas ou psicológicas, nem a análises das conjunturas sociais. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multidimensional, que amalgame fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos, percebidos dentro das articulações sociais. Tanto quanto a análise, as ações sobre os problemas de aprendizagem devem inserir-se num movimento mais amplo de luta pela transformação da sociedade (SCOZ, 1994, p. 22).

O problema da dificuldade de aprendizagem é um assunto extenso à complexidade que rodeia esse tema desde 1963 o mesmo, vem sendo discutido com intensidade pelos educadores e profissionais ligados a essa questão como: médicos, fonoaudiólogos, psicólogos educacionais, assistente de ensino, assistente social, entre outros. Pois o conceito sobre dificuldade de aprendizagem representa diversas definições entre algumas esta essa citada por dois autores: “que ressaltam que as necessidades educativas especiais e inadaptação por déficit socioambiental” (SMITH e STRICK 2001).

A dificuldade de aprendizagem esta ligada a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico, raramente, elas devem ser atribuídas a uma única causa, pois muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral, e os fatores psicológicos dessa criança frequentemente são prejudicados, até certo grau, por seus ambientes domésticos e escolares, sendo enquadrada a depender do grau de severidade como: moderada, grave, profunda e múltiplas. Ressalta Smith e Strick (2001) que as dificuldades são as vezes tão sutis que normalmente as crianças não demonstram apresentar problemas algum nas primeiras series iniciais, entretanto, a falta de experiência dos professores aliado ao medo dos pais em enfrentarem a situação de terem um filho com limitações de aprendizagem, dificulta a detecção do problema. Como esclarece Smith Strick(2001, p.15)

(...) muitas crianças com dificuldades de aprendizagem também lutam com comportamentos que complicam suas dificuldades na escola. A mais saliente dessas é a hiperatividade, uma inquietação extrema que afeta 15 a 20% das crianças com dificuldades de aprendizagem. Alguns outros comportamentos problemáticos em geral observados em pessoas jovens com dificuldade de aprendizagem são os seguintes: fraco alcance, dificuldades pra seguir instrução, imaturidade social, dificuldade com a conversação, inflexibilidade, fraco planejamento e habilidades organizacionais, distração, falta de clareza e falta de controle dos impulsos. (SMITH e STRICK, 2001, p15)

Os problemas que envolvem a dificuldade de aprendizagem abrangem desde fatores comportamentais ao neurológico, e quando estes não são compreendidos por pais e professores a criança sofre danos às vezes irreparáveis pois a maioria associa a falta de interesse pelos estudos à preguiça, ou ainda defeito de personalidade, prejudicando sistematicamente o processo de descoberta do real problema que aflige crianças e adolescentes, mas mesmo enfrentando todos os obstáculos algumas crianças apresentam-se felizes e bem ajustadas, outras manifestam sinais de frustração e depressão. Todas estas oscilações emocionais são provenientes do processo de adaptação do aprender de forma apropriada ao grau de dificuldade. De acordo com o posicionamento de Paín (1992, p.23)

[...] a aprendizagem será tanto mais rápida quanto maior seja a necessidade do sujeito, pois a urgência da compensação dará mais relevância ao recurso encontrado para superá-la. Mas, salvo quando se trata de aprendizagens práticas e instrumentais, é difícil que se dê na aprendizagem humana uma necessidade primária reconhecida interoceptivamente. Frequentemente apela-se para as motivações, primárias ou secundárias. No primeiro ligado as motivações são ligadas à satisfação proveniente do próprio exercício do prazer proporcionado pela equilíbrio em si. No segundo caso as gratificações provêm do aplauso social, da evitação de um castigo ou do afeto do professor. (PAÍN, 1992, p.23)

A dificuldade de aprendizagem envolve varias causas que podem conduzir a procedimentos positivos e negativos a depender do grau de limitação da criança e do interesse dos pais, escola, e professores na tarefa de melhorar a qualidade de vida dos portadores destas problemáticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de alfabetização a criança tem acesso ao “mundo” do conhecimento formal. Além de proporcionar condições para que a criança apreenda esse conhecimento, a escola deve se tornar um espaço de aprendizagem que permita à criança expandir e desenvolver novas formas de relações com o mundo.

É nesse cenário que a escola apresenta um papel importante, pois deve fornecer condições adequadas para aprendizagem em um ambiente favorável e facilitador, garantindo o acesso aos conteúdos dentro das limitações impostas pelas deficiências.

[...] O meio escolar deve ser um lugar que propicie determinadas condições que facilitem o crescimento, sem prejuízo dos contatos com o meio social externo. Há dois pressupostos de partida: primeiro, é que a escola tem como finalidade inerente a transmissão do saber e, portanto, requer-se a sala de aula, o professor, o material de ensino, enfim, o conjunto das condições que garantam o acesso os conteúdos; segundo, que a aprendizagem deve ser ativa e, para tanto, supõe-se um meio estimulante (LANE e CODO, 1993, p. 174).

Sabemos que a escola é o primeiro contato com outro mundo fora de casa que a criança tem, é nele onde se encontra os primeiros desafios e contato com as regras impostas. Para crianças com

certas limitações, isso se torna ainda mais difícil, mas não impossível, é notório que precisamos de um ambiente acolhedor, construtivo e com profissionais capacitados para trabalhar com a diversidade que chega em cada grupo escolar.

Sendo assim, não há um único fator a ser atribuído neste processo de desenvolvimento, mas um grupo ao qual é necessário caminhar, sempre em conjunto, para que o foco seja atingido, ou seja, o desenvolvimento de cada criança independente de sua limitação.

A escola é um dos agentes responsáveis pela integração da criança na sociedade além da família. É um componente capaz de contribuir para o bom desenvolvimento de uma socialização adequada da criança, por meio de atividades em grupo, de forma que capacite o relacionamento e participação destas atividades, caracterizando em cada criança o sentimento de sentir-se um ser social.

Se a criança não se envolve com o grupo ou este não a envolve, começa a ver um baixo nível de participação e envolvimento nas atividades e, conseqüentemente o isolamento interferirá no desempenho escolar. Comportamento retraído, ou agitado, desvinculado do que pode se chamar de temperança, equilíbrio de uma criança no ambiente escolar pode estar sofrendo interferência do ambiente familiar. Mas também, pode estar relacionado a fatores biológicos.

A escola tem a tarefa relevante no resgate da auto-imagem distorcida da criança, por ter uma concepção totalmente transmissora de educação e de cultura, que transcende as habilidades educacionais familiares, além da responsabilidade e competência em desvendar para a criança o significado e o sentido do aprender.

Alunos com dificuldades de aprendizagem podem aprender tanto quanto outros alunos que não tem esse problema; além disso, a educação, sendo um direito assegurado pela legislação, deve ser promovida a todos os indivíduos igualmente. Talvez um dos maiores empecilhos para a aprendizagem de alunos com dificuldades de aprendizagem seja a falta de informação, o preconceito e até mesmo a ausência de uma consciência no docente de que ele tem em mãos ferramentas poderosas para ajudar os educandos que sofrem por não conseguirem aprender tal como outros colegas.

Esta pesquisa revela, significativamente, que não é possível desenvolver um processo educacional verdadeiro com qualidade, passando por cima dos problemas de dificuldade de aprendizagem de cada aluno. Não se pode fazer de conta. A escola precisa encontrar caminhos junto à família. E à sociedade, contando com atuação com esse estudo de caso podemos perceber que muitas vezes os educandos que apresentam dificuldade de aprendizagem só precisam de um pouco mais de atenção e de um atendimento individualizado com atividades diferenciadas e diversas para que esse aluno possa ter a oportunidade de aprender através de um outro caminho e a seu tempo Sendo assim, podemos constatar que a função do docente deve ir muito além da abordagem dos conteúdos curriculares; deve procurar adentrar o universo do aluno na tentativa de perceber como ele está aprendendo e se há entraves para que a aprendizagem ocorra e, de posse dessas informações, buscar novas maneiras de lecionar e metodologias de trabalho diferenciadas que visem ao aprendizado de todos os alunos de sua classe, dando um enfoque especial àqueles que encontram maiores dificuldades para aprender.

A inclusão dos alunos com deficiências nas escolas comuns está consagrada nos textos legais, entretanto, a educação inclusiva não se esgota na observância da lei que a reconhece e garante, mas requer uma mudança de postura, percepção e de concepção dos sistemas educacionais. Isso implica ampliar o conceito de educação especial e trabalhar para e pela diversidade, reformular os princípios, metas e currículos das escolas dentro da ótica inclusiva, instrumentalizar todos os educandos, sejam eles considerados “normais” ou “deficientes”, para inserção e atuação na sociedade, exercendo assim a cidadania.

No entanto, somente quando toda a sociedade e não apenas os profissionais, que lidam com esse público se mobilizarem, é que serão extintas as práticas segregacionistas que ao longo da história marginalizaram e estigmatizaram pessoas com diferenças individuais acentuadas.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Professores e professores: reflexões sobre a aula e prática pedagógica diversas**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BARCA LOZANO, A., PORTO RIOBOO, A. **Dificultades de aprendizaje: Categorías y clasificación, factores, evaluación y proceso de intervención psicopedagógica**. In SANTIUSTE BERMEJO, V., BELTRÁN LLERA, J. A. **Dificultades de aprendizaje**. Madrid: Editorial Síntesis, 1998

CORREIA, Luís de Miranda; MARTINS, Ana Paula. **Que determinará o sucesso escolar de um aluno com DA?** – Biblioteca Digital – Coleção Educação. Porto Editora. 2008.

FONSECA, Vitor da. **Uma Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Lisboa: editorial notícias, 1984.

GARCIA, J.N. **Manual de dificuldades de aprendizagem, leitura, escrita e matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

IDE, S. M. **Dificuldades de aprendizagem: Uma indefinição?** Revista FAEEBA – Educação e contemporaneidade, Salvador, v.11, n.17, p.57-64, jan./jun., 2002.

LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006

MÓL, D. A. R.; WECHSLER, S. M. **Avaliação de crianças com indicação de dificuldades de aprendizagem pela bateria Woodcock-Johnson III**. *Psicologia escolar educacional*, dez. 2008, vol.12, n.2, p.391-399.

PAÍN, **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PIAGET, J. **Problema de psicologia genética**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

PIAGET, J. **Aprendizagem e conhecimento**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S/A, 1974

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 17 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SMITH & STRICK. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**. São Paulo: Artes Médicas, 2001.

SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escolar, o problema escolar é de aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1994.

WALDOW, C.; BORGES, G. S.; SAGRILO, K. G. S. **Dificuldades de aprendizagem: possibilidades de superação fazendo arte.** Synergismusscientifica UTFPR, Pato Branco, 01 (1,2,3,4) : 1-778,2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca. 1994 Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**